

## **XI ENCONTRO DE PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO CANDIDATURAS APROVADAS**

MR 1 – Perspectivas criminológicas a partir do sul global. Luiz Antônio Bogo Chies (UCPEL), Érica Babini Lapa do Amaral Machado (UNICAP) e Jackson da Silva Leal (UNESC).

MR 2 – Justiça e vulnerabilidade juvenil no contexto contemporâneo de violências. Ana Paula Mota Costa (UFRGS), Érica Babini Lapa do Amaral Machado (UNICAP), Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandão (UFJF), Karyna Sposato (UFS).

MR 3 – Política pública de desjudicialização no âmbito da Administração Pública: limites, possibilidades e desafios. Andréa Abrahão Costa (UFG), Fernanda Schuhli Bourges (PUCPR), Mariane Lubke (OABPR), Adriana da Costa Ricardo Schier (UNIBRASIL).

MR 4 – Evolução da carga tributária no Brasil: um estudo empírico das reformas tributárias em instabilidade político-econômica. Martinho Martins Botelho (Uninter), Jailson de Souza Araújo (Uninter), Jeferson Teodorovicz (FGVDF).

MR 5 – Política de mudanças climáticas e Fundo Clima. Clarissa Bueno Wandscheer (UP), Alessandra Lehmen (OABPR), Altair Rosa (PUCPR), Carlos Sanqueta (UFPR), Maria Tereza Uille Gomes (UP).

MR 6 – Como pesquisar arte no direito? Um debate metodológico. Cícero Krupp da Luz (FDSM), Rafael Simioni (FDSM), André Karam Trindade (UNIVEL).

MR 7 – Pesquisar o direito no Estado-algoz (a propósito dos 30 anos do Massacre do Carandiru). Maíra Rocha Machado (FGVSP), Maria José Andrade de Souza (UFOB), Camila Prando (UnB), Andréia Beatriz dos Santos (UEFS).

MR 8 – Pesquisa empírica quantitativa em direito. Cleuler Neves (UFG), Daniel Cerqueira (FJSN) Fabiano Peixoto (UnB) e Alexandre Castro (IPEA).

### **GT 1 – PESQUISAS EMPÍRICAS NA ÁREA DO DIREITO À SAÚDE E AO TRABALHO DIGNO**

1. TRABALHO DECENTE, CONVENÇÃO 189 DA OIT E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA (PNSTT). Catharina Lopes Scodro.
2. Assédios no mundo do trabalho sob a perspectiva interseccional de gênero: uma análise de decisões judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Patrícia Maeda.
3. A PERÍCIA JUDICIAL E A PROTEÇÃO DO DIREITO À SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES A PARTIR DA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO. Carolina Kimmelmeier, Ronaldo dos Santos, Thaís de Almeida e Flávio Fleury.

4. Migração e acesso à saúde. Eduardo de Oliveira Soares Real.

## **GT 2 – PESQUISAS EMPÍRICAS, INTERDISCIPLINARES E INTERSECCIONAIS, ACERCA DOS VELHOS PROBLEMAS E NOVOS DESAFIOS DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA**

1. Roberta Freitas Guerra (Universidade Federal de Viçosa). A Análise do Discurso e a Análise de Conteúdo como perspectivas teórico-metodológicas em disputa no desvelamento dos sentidos da Reforma da Previdência de 2019: análise das Audiências Públicas realizadas durante a tramitação da PEC 6/2019 no Congresso Nacional.
2. Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira e Olivia Alves Gomes Pessoa (Universidade Positivo). Análise da Relação entre INSS e o Juizado Especial Federal na Concessão da Aposentadoria Rural.

## **GT 3 – PESQUISAS EMPÍRICAS EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

1. Franciele Silva Cardoso; Patrícia Raposo, ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DIALÓGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.
2. Gabriela Cortez Campos, A COMPETÊNCIA HÍBRIDA NO COMPLEXO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CUIABÁ: UM ESTUDO DE CASO.
3. Raissa Gentil de Medeiros, “MEU CORPO NÃO É PÚBLICO!”: REFLEXÕES SOBRE O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO.
4. Ariane Patricia Gonçalves; Saulo Pinto Coelho. EMPECILHOS E RESISTÊNCIAS À APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: CRÍTICA HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÕES ILEGÍTIMAS.
5. Carla Pinheiro Von Betzen, EFICÁCIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: ESTUDO DE CASO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL DA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE/GO.
6. Luciana Cunha; Maurício Ferraro; Luiza Lemes, O MODELO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.
7. Lucas da Silva Rocha; Saulo Pinto Coelho. O SISTEMA DE PRECEDENTES DO CONTROLE DE CONTAS BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO SOBRE O SISTEMA DE PRECEDENTES NA PERCEPÇÃO DOS OPERADORES DO CONTROLE DE CONTAS.
8. Ana Paula Sciammarella; Arianne Oliveira; Vivian Fontenele, “ESCRAVO, NEM PENSAR!: ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE E PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO”: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA IMPLEMENTADO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.
9. Adriano Bortoli; Júlia Dias; Mário Ávila; Reinaldo Miranda Filho. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO SOBRE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO ACERVO DO INCRA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL DE OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ.
10. Mariane Lubke, PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ANÁLISE DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PARANÁ (LEI N. 20.747, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021).

#### **GT 4 – PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS EM FAVELAS, VILAS POPULARES, PERIFERIAS E BAIRROS AUTOPRODUZIDOS: PROBLEMAS CONCEITUAIS, METODOLÓGICOS E POLÍTICOS**

1. Direito e políticas públicas comunitárias: um estudo sociojurídico sobre o enfrentamento da pandemia da covid-19 pela favela de Paraisópolis. Fernanda Bezerra Ferreira (Unifesp)
2. Favelas da pandemia: impacto da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19 no surgimento de novas favelas na cidade de Ribeirão Preto. Iara Pereira Ribeiro (FDRP-USP); Uesley Cesar Santos de Oliveira (FDRP-USP)
3. "Diga-me por onde andas e te direi como serás condenado pela Grande Família Judicial". Juliana Neves Lopes Rodrigues (UFMG); Robson Alfredo de Carvalho Soares (UFMG).
4. Direito das favelas e consolidação do Estado: tendências e arranjos de interlegalidade na regulação de espaços de uso comunitário. Mateus Cavalcante França (UFRGS).

#### **GT 5 – ESCRITA DE DECISÕES EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS**

1. Ana Paula Sciammarella, "QUEM AMA NÃO MATA!": REESCRITA DO ACÓRDÃO APELAÇÃO CRIMINAL No 6.811 DA COMARCA DE CABO FRIO (CASO ÂNGELA DINIZ).
2. Caio Gracco Pinheiro Dias; Fabiana Cristina Severi; Patrícia Maeda; Ana Paula Mittelmann Germer; Marcela Bezerra Desiderio. A reescrita feminista como estratégia de ensino jurídico: a experiência da FDRP.
3. Camila Magalhães e Claudia Paiva. Métodos de reescritas jurídicas feministas: perspectivas situadas e a pergunta pelo gênero.
4. Camila Teixeira Jacome. JULGADAS ALÉM DA DENÚNCIA: reflexões a partir do caso "Talo de mamona".
5. Juliana Fontana Moyses; Patrícia Oliveira de Carvalho; Thaís Becker Henriques Silveira; Gislene Aparecida dos Santos. QUANDO É O PROFISSIONAL DE SAÚDE QUE DENUNCIA: ANÁLISE DA QUEBRA DO SIGILO MÉDICO EM DECISÕES JUDICIAIS SOBRE AUTOABORTO.
6. Júlia Marçal Silva; Fabiana Cristina Severi. Escrita de decisões em perspectivas feministas.
7. Lorena Pacheco Brandão. Avaliação do caráter "interseccional" do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça: Um olhar para as Audiências de Custódia.
8. Luanna Tomaz de Souza; Beatriz Neder Mattar; Gabriela Rodrigues Veludo Gouveia. REESCRITA FEMINISTA DE DECISÃO DE BUSCA E APREENSÃO INTERNACIONAL E O DEBATE SOBRE GUARDA COMPARTILHADA.
9. Luisa Mozetic Plastino; Irene Jacomini Bonetti. O luto e a luta das mães que ficam: uma proposta de reescrita feminista sobre a responsabilidade civil do Estado em caso de letalidade policial.
10. Maria Angela Rosa Soares; Patrícia Maria da Silva Merlo; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E O DISCURSO JURÍDICO: UM

ESTUDO DE SENTENÇAS CRIMINAIS DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA (ES/BRASIL).

11. Michele. Atuação das mães da periferia em meio a ditadura militar
12. Regina Stela Corrêa Vieira; Patricia Maeda. MÉTODO E PREPARAÇÃO PARA REESCRITA FEMINISTA DE DECISÕES JUSLABORALISTAS.
13. Silvia Pimentel; Monica de Melo; Adriana Gregorut; Bruna Angotti. O crime de estupro no sistema de justiça brasileiro: abordagem sociojurídica de gênero.
14. Vanessa Alves Vieira. A “pergunta pelo vulnerável” como categoria de análise de decisões, internas e externas, tomadas pela Defensoria Pública.

#### **GT 6 – ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL NO BRASIL**

1. Dificuldade de Investigação de Homicídios Dolosos em Curitiba e Região Metropolitana e a Necessidade de Investimento do Poder Executivo. Autores: Emanuelle Kessyn Almeida (Universidade Positivo), Liliane Aparecida Polak (Universidade Positivo), Rodrigo Régner Chemim Guimarães (Universidade Positivo).
2. O paradigma da integração na segurança pública brasileira. Autor: Henri Francis Ternes de Oliveira (UFPR).
3. Pacto pela Vida, Homicídios e Tráfico de Drogas em Pernambuco: problematizando correlações e causalidade. Autores: Laís Alves Xavier Ramos (UNICAP); Érica Babini Lapa do Amaral Machado (UNICAP); José Mário Wanderley Gomes Neto (UNICAP).
4. A Cor nas Abordagens Policiais no Estado de Goiás: 2016-2018. Autores: Gisele Gomes Matos (UniCeub); Cleuler Barbosa das Neves (UFG).
5. Punitivismo x Garantismo no processo de produção da lei: o debate da violência contra a mulher na pauta da segurança pública. Autora: Patricia de Oliveira Burlamaqui (UENF).
6. Controle Externo da Atividade Policial: desconcentração da função persecutória-investigativa no âmbito do Ministério Público e sua (in)efetividade. Autor: Felipe Oltramari (UFG).

#### **GT 7 – PESQUISAS EMPÍRICAS EM DIREITO E RELAÇÕES RACIAIS**

1. A representatividade de pessoas negras no sistema de justiça e no sistema de ensino superior no Brasil. Kelly Cristine Canedo Araújo (USP) e Paulo Eduardo Alves da Silva (USP);
2. A Heteroidentificação Racial na jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Vinicius Conceição Silva Silva (USP);
3. Tornando-se um jurista negro: Teoria Crítica da Raça e as vicissitudes da identidade dos juristas negros e negras do Paraná. Eduardo Maurenre Oliveira (UFPR);
4. Racismo nas relações de consumo: uma discussão sobre as reclamações que contém percepção de discriminação racial na plataforma [consumidor.gov](https://www.consumidor.gov.br/) e Acesso à Justiça. Poliana Chinamerem Moreira Kamalu (USP);
5. Inquérito policial e racismo: Uma análise sobre o viés do racismo no trabalho do policial civil. Fernanda Reis Nunes Pereira (USP);

6. Estéticas em disputa: possibilidades de diálogo e reflexão sobre arquivos contracoloniais e cidadania no Brasil. Fernanda Lima da Silva (UnB e IDP);
7. Reorientando o ensino jurídico sob uma perspectiva crítico racial: uma experiência da FDRP-USP. Bruna Eduarda Rocha (USP), Camila Caroline Vieira (USP), Isabelle Fernanda dos Santos (USP), Pyetra Stéfani de Oliveira (USP) e Paulo Eduardo Alves da Silva (USP);
8. A autonomia afro-colombiana como paradigma no Novo Constitucionalismo latino-americano: o caso de San Basílio de Palenque (COL). Carlos Alberto de Jesus Rabelo (UnB);
9. A Imbricação Entre Raça e Sexualidade nas Produções do Século XX de Richard Guy Parker. Raylson de Araújo Barrêto da Cunha (UESPI), Iago Masciel Vanderlei (UESPI) e Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI);
10. Políticas afirmativas de cotas raciais nos concursos de carreira da Defensoria Pública do Estado da Bahia: uma análise sobre o ingresso e a presença negra na burocracia. Inara Flora Cipriano Firmino (PUC-Rio) e Thula Rafaela de Oliveira Pires (PUC-Rio);
11. A comoção como reguladora da atuação do Estado. Géssica Priscila Arcanjo da Silva (UnB);
12. Direito e Relações Raciais orientando a análise de sentenças de tráfico de drogas. Mariana Paganote Dornellas (UC);
13. Colonização do poder e mito da democracia racial: mecanismos de dominação, exclusão e sub-representatividade de mulheres negras da magistratura. Priscila Coelho (FGV).
14. Revisão bibliográfica de manuais jurídicos sobre emprego doméstico no Brasil. Juliana Araújo Lopes (UnB).
15. Aquilombar o direito: sistematizações da agenda de pesquisa em “quilombos e direitos”. Rodrigo Portela Gomes (IDP).

#### **GT 8 – JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E SISTEMA DE JUSTIÇA: DINÂMICAS DECISÓRIAS, INTERAÇÕES E COMPETIÇÕES**

1. “A atuação do Ministério Público do Trabalho em dissídios coletivos se greve em categorias profissionais de circulação de mercadoria”. Pedro Teixeira de Oliveira (USP)
2. “O marco temporal nas decisões de casos sobre demarcação de terras indígenas entre 2009 e 2022”. Juliano de Lima Cunha (UNIFESP)
3. “A espécie do processo legislativo judicializado e os argumentos de inconstitucionalidade possuem inferência no processo decisório dos ministros do Supremo Tribunal Federal?” Samuel Martins dos Santos (UFSC, UESC); Cláudio Ladeira de Oliveira (UFSC); José de Jesus (FGV, USP/Ribeirão Preto).
4. “Violência política contra as mulheres pelo olhar da justiça eleitoral”. Juliana Lívia Antunes da Rocha (FGV/Direito-RJ).
5. “STF E MEDIDA PROVISÓRIA: análise jurisprudencial sobre os requisitos de relevância e urgência”. Ítalo Prudente Ribeiro Ulisses (URCA); Levy Silvério dos Reis (UFC).

6. Resumo sem título. Ana Paula Okamoto (UFPR), Maria Fernanda Loureiro (UFPR) e Nicole Cordeiro (UFPR).

#### **GT 9 – ELITES JURÍDICAS E EROSÃO CONSTITUCIONAL**

1. A substituição do Estado pela família enquanto base da sociedade: um estudo de caso sobre o *homeschooling*. Eric Oliveira Guimarães (Ufersa)
2. Acurácia das pesquisas eleitorais presidenciais: uma avaliação da retórica populista com base no desempenho do instituto Datafolha. Gabriel Terenzi (UENP); Saulo Capelari Junior (UENP); Fernando Alves (UENP).
3. Pela manutenção do status quo: análise semiótica do Movimento Escola sem Partido. Akysa Santana (Unesp); Alexandre Campos (Unesp).

#### **GT 10 – DIMENSÕES DA PESQUISA HISTÓRICA EM DIREITO**

- 1 – Trabalhadoras domésticas na Assembleia Nacional Constituinte: movimento social, atividade parlamentar e cobertura da mídia. Juliana Araújo Lopes (UnB)
- 2 - Recolhimento Provisório de Menores da Capital: propostas iniciais de investigação. Ana Beatriz Guimarães Passos (FGV-SP)
- 3 - Prontuários do Serviço Social de Menores como fonte para a história da gestão das relações familiares. Gabriel Augusto de Carvalho Sanches (USP)
- 4 - Metodologia da pesquisa empírica em processos judiciais na área eleitoral: debate em torno de restrições às fontes e aos arquivos no contexto da pandemia de Covid-19 Maria Celina Gordilho (UnB)
- 5 - Histeria, Complexo de Cassandra e a Descrédibilização de Lutas Feministas. Maysa Gemaque Vieira e Mailô de Menezes Vieira Andrade (UFPA e UERJ)
- 6 - Crise e Estado de Sítio: uma análise jurídica do Movimento Do 11 de Novembro de 1955. Felipe Sorgi Augusto (UFPR)
- 7 - O aborto em caso de gravidez decorrente de estupro no Brasil: da descriminalização à legalização (1970-1999). Bárbara Madruga da Cunha (UFSC).

#### **GT 11 – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS E PROPOSIÇÕES NORMATIVAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

1. O processo político e a disputa regulatória em torno da regulação (pretensamente) baseada em evidências empíricas. Considerações sobre o caso da gratuidade do despacho e bagagem. Roberta Simões Nascimento (UNB)
2. Ciclo orçamentário e accountability tardio: Diagnóstico a respeito do julgamento político das prestações de contas governamentais no âmbito dos Estados e possível proposta de aperfeiçoamento. João Paulo Landin Macedo (ESMAT/PPGDP-UFG)
3. Políticas judiciárias baseadas em evidências? Os usos de pesquisas sociojurídicas empíricas pelo Conselho Nacional de Justiça. Marina Garcia Guagliariello (UFRGS)
4. Ausente justificadamente: O que justifica a ausência de um ministro durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal? Gabriela Cavalcante Gattulli (USP) e Ana Laura Pereira Barbosa (USP)
5. Seis vezes “onze ilhas”: uma metáfora, múltiplas perguntas de pesquisa. Diego Werneck Arguelhes, (Insper) e Luiz Fernando G. Esteves (Cefet-RJ – Campus Valença)
6. Grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres

- na cidade de Itubiara/GO nos anos de 2020 e 202. Auriluce Pereira Castilho (ILES/ULBRA) e Patrícia Raposo Moreira (ILES/ULBRA)
7. As possibilidades de pesquisa empírica sobre produção normativa dos órgãos reguladores. Natasha Schmitt Caccia Salinas (FGV Direito Rio)
  8. Formulações teóricas a partir de um conjunto de pesquisas empíricas em direito internacional econômico: a necessidade e a viabilidade deste passo. Fabio Costa Morosini (UFRGS) e Michelle Ratton Sanchez Badin – (Direito GV)
  9. A prova de reconhecimento de pessoas em casos de roubo e o debate sobre a reforma do Artigo 226 do Código de Processo Penal. Ana Luiza Villela de Viana Bandeira (FGV-SP) e Laura Aith Balthazar (FDUSP)
  10. Proposições normativas, políticas baseadas em evidências e a relação entre modelos teóricos e empíricos. Leandro Molhano Ribeiro (FGV Direito Rio) e Patricia de Oliveira Burlamaqui (PPGSP/UENF)
  11. Análises comparativas sobre direitos humano-fundamentais, políticas públicas e efetividade constitucional na cultura jurídica uruguaia. Diva Julia Souza da Cunha Safe Coelho (UFG) e Bruna Lopes Espindola Mota (UFG/UAECSA)
  12. Análise do processo de curricularização da extensão no Campus Goiás da Universidade Federal de Goiás. Murilo Emos Félix (UFG)
  13. Governança multinível como instrumento de efetivação do direito fundamental à educação: as experiências do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (GAEPE Goiás) e do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (GAEPE Brasil). Diva Júlia Sousa da Cunha Safe Coelho (UFG) e Bruno Rocha Faria Arantes (UFG)
  14. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) como norma de conteúdo híbrido: sugestão legislativa para aplicação retroativa do instituto. Antonia Ana Luíza Sales de Sousa (UNIFOR); Alex Renan de Sousa Galvão (UNIFOR); Lohanna Albuquerque Pinheiro (UNIFOR) e Nestor Eduardo Araruna Santiago (UNIFOR)
  15. Análise Empírica das Cláusulas de Expropriação Indireta nos Acordos de Investimentos a partir da Teoria do Continente do Direito Internacional. Vivian Daniele Rocha Gabriel (FAE Centro Universitário- Curitiba/PR/ Universidade Presbiteriana Mackenzie)
  16. Abordagem Policial – PMGO (2016-2018): sexo, idade e luz do dia num baculejo à cor da pele. Cleuler Barbosa das Neves (UFG) e Gisele Gomes Matos (UniCeub)

## **GT 12 – CRIME E PUNIÇÃO: NOVOS HORIZONTES PARA A PESQUISA CRIMINOLÓGICA EMPÍRICA**

1. Cancelling crusades as a strategy of societal reaction. José Roberto F. Xavier; Inês Machado; Sabrina Chaves.
2. Apagamento E Desrealização No Sistema Penal: O Desaparecimento Administrativo Como Prática Institucional. Bruna Martins Costa.
3. Do Flagrante À Vulnerabilidade: O Eficientismo Da Política Criminal De Drogas Em Recife/Pe – O Aprofundamento De Continuidades. Amanda Oliveira; Érica Machado; André de Brito; Maria Eduarda Ribeiro.
4. O papel dos juízes no prolongamento dos efeitos extrapenais pelo inadimplemento da multa penal. Gabriel Brollo Fortes.

5. Punição E Apagamento Da Pessoa: Análise Da Gestão Da Sanção Com Foco Na Pessoa Concreta. Mariana Morais Zambom.
6. A Narrativa Do Punir E Proteger: Um Estudo De Caso Sobre A Confissão Espontânea Na Justiça Juvenil. Hugo de Castro Silva; Érica Machado; Carolina do Nascimento.
7. “Na semana da saidinha, a quebrada fica em festa!”: experiências de punição nas fronteiras do regime semiaberto em São Paulo. Ana Clara Klink de Melo.
8. O USO DE PRÁTICAS “RESTAURATIVAS” NA EXECUÇÃO PENAL – UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM CÍRCULOS DE ESCUTA COM MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS. Luísa Helena de Farias Mendes.
9. Os sentidos atribuídos à noção de ressocialização na execução da pena de prisão. Luiz Antonio Bogo Chies.
10. Sem título. Pietra Lima Inácio.
11. Reprodução social entre muros: expansão prisional e trabalho de cuidado no estado de São Paulo. Carolina Soares Nunes Pereira.
12. ENTRE O PRENSANDO E O SOLTINHO: apontamentos preliminares sobre uma pesquisa empírica a respeito da repressão policial no Polígono da Maconha e as novas configurações do crime organizado em Pernambuco. Cristhovão Fonseca Gonçalves.
13. A justiça criminal de São Paulo e a internação de usuários de drogas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: uma análise de sentenças e acórdãos. Mariana Celano de Souza Amaral.
14. NATUREZA JURÍDICA DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE PARNAMIRIM/RN. Ryanny Bezerra Guimarães; Anna Elisa A. Marques; Paula Gomes da Costa Cavalcanti.
15. SOBRE ARREDONDAMENTOS: O DISCURSO LEGITIMANTE DOS HOMICÍDIOS PRATICADOS POR POLICIAIS EM CURITIBA (2017-2018). Vyctor Hugo Guaita Grotti; Murillo Amboni Schio.
16. Sem título. Antonio Henrique Graciano Suxberger; Thaís Filgueiras Chapadense Pacheco.

### **GT 13 – METODOLOGIA, ÉTICA E POLÍTICA NA PESQUISA EM/SOBRE PRISÃO**

1. Os castigos disciplinares na rotina das prisões masculinas do estado do Rio de Janeiro. Alline Schalcher Vaz Lordelo (UFRJ)
2. Será que esses olhos são meus? Projeção e debates de filmes como estratégia de pesquisa em prisão. Ana Gabriela Mendes Braga (UNESP)
3. Pesquisa, Direito e Gênero: Estudo das metodologias utilizadas nas pesquisas empíricas em Direito que se autodeclaram conexas às problemáticas de gênero. Luise Caitano de Jesus (UNEB)
4. Sobreviventes: apontamentos sobre a pesquisa empírica em direito diante do Massacre do Carandiru. Maíra Rocha Machado (FGV Direito SP), Carolina Cutrupi Ferreira (FGV Direito SP) e Martim Schein Langraf (FGV Direito SP).

5. Crianças e Cárcere: reflexões metodológicas sobre uma pesquisa empírica com perspectiva de gênero. Carolina Costa Ferreira (IDP) e Luciana Silva Garcia (IDP)
6. Controle social e resolução de conflitos em uma comunidade indígena Kaingang: estudo sobre a “cadeia indígena”. Mariana Dutra de Oliveira Garcia (UFSC), Marcelo Mayora Alves (UNIPAMPA), Márcio Kaingang Katánh Manoel Antônio (UNIPAMPA)
7. Representações da “criminosa” nas ciências criminais: posições para um avançar nos estudos sobre criminalização de mulheres no Brasil. Letícia Cardoso Ferreira.

#### **GT 14 – DIREITOS HUMANOS, FUNDAMENTAIS E DE PERSONALIDADE PARA PESSOAS LGBTQIAP+**

Sem trabalhos aprovados.

#### **GT 15 – SOCIOLOGIA POLÍTICA DO DIREITO**

1. O direito dos adolescentes e o controle de convencionalidade: uma discussão sobre as oitivas informais de adolescentes e as audiências de custódia. Fabio Lopes Toledo (FGV/SP), Maria Gorete Marques de Jesus (NEV-USP), Ana Luiza Bandeira (PPGAS-USP).
2. Políticas penais e políticas públicas judiciárias: uma pesquisa sobre autonomia da justiça na implementação de ações no âmbito da justiça criminal. João Vitor Freitas Duarte Abreu (PPGSD/UDFF).
3. O que há entre Lava Jato e Mãos Limpas? Instituições jurídicas e prerrogativas profissionais no Brasil e na Itália. Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima (NEV-USP).
4. Administração de conflitos nos atendimentos ao público pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Glaucia Maria Pontes Mouzinho (PPGDAP/UFF).
5. Mobilização pelo reconhecimento do princípio da insignificância no crime de tráfico de drogas no Supremo Tribunal Federal: Um estudo de caso a partir da atuação da mídia digital especializada em direito. Brenno Pires de Oliveira Tardelli (PPGD-FDRP/USP).
6. Racismo institucional no sistema de justiça criminal: A seletividade punitiva nos casos de furtos simples em Goiânia-GO. Rárea Gécica Porto Araújo (PPGSD/UFF).
7. O caso Mãe Stella de Oxóssi, o Poder Judiciário e a liberdade religiosa pós-vida dos povos de terreiro. Maurício Soares de Sousa Nogueira (PPGD/UNIT), Hippolyte Brice Sogbossi (PPGA/UFS), Ilzver de Matos Oliveira (PPGDH/PUCPR).
8. O racismo religioso na pauta do judiciário e a percepção social dos povos de terreiro sobre o sistema de justiça em Sergipe. Ilzver de Matos Oliveira (PPGDH/PUCPR).
9. Quando o ódio é crime no Brasil? Reflexões sobre as representações e práticas da negação do racismo pelos operadores dos sistemas de justiça e de segurança. Ana Paula Mendes de Miranda (PPGA/UFF).
10. Poder familiar e discriminação étnico-racial-religiosa. Rosiane Rodrigues de Almeida (INCT/INEAC/UFF), Vinicius Cruz Pinto (INCT/INEAC/UFF), Glicia Thais Salmeron de Miranda (INCT/INEAC/UFF).

#### **GT 16 – IMPACTOS DA TECNOLOGIA NO ACESSO À JUSTIÇA**

1. Justiça Digital: acesso à justiça por meio do balcão virtual. Jayder Ramos de

Araújo (ENFAM).

2. Sem título. Rhiana Mara Bessa (UNIFOR).

3. Sem título. Fátima Aurora Guedes Afonso Archangelo (ENFAM); Paulo César Moy Anaisse (ENFAM); Tathiane Menezes da Rocha Pinto (ENFAM).

4. A clareza de informações a partir a utilização do visual law nos contratos e a garantia do acesso à justiça. Arantcha de Azevedo Sanches (Universidade de São Paulo); Iara Pereira Ribeiro (Universidade de São Paulo).

5. Os avanços tecnológicos de acesso à justiça e a coleta de dados pessoais nos moldes dos princípios basilares do privacy by design. Rebeca de Aguilar Pereira Neves (Universidade Positivo).

6. Audiências por videoconferência de adolescentes acusados/as de ato infracional: Covid-19 e os impactos da tecnologia na justiça civil. Bruna Angotti (Mackenzie); Regina Stela Correa Vieira (UFPE e Unoesc); Ana Clara Klink de Melo (Universidade de São Paulo).

7. As inovações tecnológicas no Poder Judiciário brasileiro e o acesso à justiça. Bruna Santos Franco (Fundação de Estudos Sociais do Paraná); Thaís Amoroso Paschoal (Universidade Positivo).

8. Racismo nas relações de consumo: uma discussão sobre as reclamações que contém percepção de discriminação racial na plataforma consumidor.gov e acesso à justiça. Poliana Chinamerem Moreira Kamalu (Universidade de São Paulo).

9. Sem título. Carolina Lopes Scodro (Universidade de São Paulo); Paulo Eduardo Alves da Silva (Universidade de São Paulo).

10. Inovações tecnológicas aplicadas à Defensoria Pública: a busca pela concretização do acesso à justiça aliada ao princípio da eficiência da Agenda 2030. Adriane da Silveira Seixas (Universidade Positivo).

## **GT 17 – PESQUISA QUANTITATIVA EM DIREITO: JURIMETRIA, APRENDIZAGEM DE MÁQUINA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

1. O Uso do Poder Discricionário pelo Ministério Público de São Paulo: uma análise jurimétrica. Ricardo Feliz Okamoto; Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

2. A Judicialização da Saúde: Infraestrutura da informação, coleta e análise dos dados. Janio Gustavo Barbosa; doutorando na Fundação Oswaldo Cruz/RJ; Maria Cristina Soares Guimarães; Professora Doutora na Fundação Oswaldo Cruz/RJ.

3. A utilização da metodologia CRISP-DM para análise empírica de processos judiciais. Ildelberto Rodello; Professor Doutor da FEA-RP/USP; Carlos Eduardo Lopes, Estudante de Administração na FEA-RP/USP.

4. Jurimetria Aplicada às Demandas Bancárias: Estatística das Ações Ajuizadas e Contrárias aos Bancos, Valor da Causa e Tempo de Tramitação dos Processos. Pedro Augusto Gregorini; FDRP/USP; Evandro Saidel Ribeiro; Professor Associado da FEA-RP/USP; Ildelberto Rodello; Professor Doutor da FEA-RP/USP; Maria Paula Bertran; Professora Associada da FDRP/USP.

5. Atos Discriminatórios Contra as Mulheres no Trabalho: Uma Análise dos Processos no TRT-15. Gilson Oliveira da Silva Junior; Estudante de Administração na FEA-RP/USP;

Estudante de Direito na UNAERP; Evandro Marcos Saidel Ribeiro; Professor Associado da FEA-RP/USP; Luciana Romano Morilas; Professora Associada da FEA-RP/USP.

6. Recursos Especiais Repetitivos sob a Perspectiva do Acesso à Justiça: quem são os litigantes na formação desses precedentes qualificados? Victor Dantas de Maio Martinez; mestrando na FDRP/USP.

## **GT 18 – TEMAS EMERGENTES NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-CRIMINAIS**

Sem trabalhos aprovados.

## **GT 19 – SISTEMA DE JUSTIÇA BASEADO EM EVIDÊNCIAS: UMA ANÁLISE JURIMÉTRICA**

1. Extradicações no Brasil: a cooperação jurídica internacional penal na agenda do Supremo Tribunal Federal (1988-2018). Ulisses Levy Silvério dos Reis (PPGD/Ufersa).

2. Ações de controle de constitucionalidade do Rio Grande do Norte: um estudo sobre a influência da Procuradoria-Geral da República como parte autora. Lucas Patrícus de Medeiros Leite (Ufersa); Maria Luisa Firmino de Moraes (Ufersa); Ulisses Levy Silvério dos Reis (PPGD/Ufersa).

3. Corte Interamericana de Direitos Humanos: uma análise do comportamento judicial (1988-2022) em face dos Estados-membros reincidentes em matéria de violação de direitos humanos. Paulo César Rebouças Torquato Filho (Ufersa).

4. O STF é um guardião dos direitos trabalhistas? Uma análise quantitativa das ações de controle concentrado de constitucionalidade. Maria Teodora Rocha Maia do Amaral (PPGD/Ufersa).

5. Que negócio é esse? Análise empírica do Acordo de Não Persecução Penal no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Nestor Eduardo Araruna Santiago (UNIFOR); Alex Renan de Sousa Galvão (UNIFOR); Giselle Longhi de Sousa (UNIFOR); Ana Luísa Pessoa de Almeida (UNIFOR).

6. A razoável duração da prisão preventiva e a indeterminação do excesso de prazo à luz das decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Francisco das Chagas Rocha de Sena (UNICHRISTUS); Ítalo Farias Braga (UNICHRISTUS).

7. Direito à busca da Felicidade: uma caracterização das decisões em Segunda Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caio Andrezzo Prado (FEA-RP/USP); Luciana Romano Morilas (FEA-RP/USP).

8. Litigância no Superior Tribunal de Justiça: achados e previsões. Martinho Martins Botelho (PPGD/Uninter).

9. Supremo Tribunal Federal e o controle do nepotismo em cargos públicos. Ana Luiza Calil (Núcleo de Inovação da Função Pública – SBDP). Anna Carolina Migueis (Núcleo de Inovação da Função Pública – SBDP). Camila Castro Neves (Núcleo de Inovação da Função Pública – SBDP). Conrado Tristão (Núcleo de Inovação da Função Pública – SBDP). Ricardo Alberto Kanayama (Núcleo de Inovação da Função Pública – SBDP).

10. A recursividade da decisão penal ante o conteúdo argumentativo das sentenças judiciais na criminalidade de massa. Renan Posella Mandarino (UENP). Fernando de Brito Alves (UENP).

## **GT 20 – POLÍTICA URBANA, DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E RESISTÊNCIAS NAS CIDADES DO SUL GLOBAL**

1. O DIREITO À CIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DAS MARGENS: avaliação dos desafios da urbanização inclusiva e sustentável no contexto de Curitiba-PR. Alexandre Nicoletti Hedlund (Universidade Positivo), André Machado Carbonar (Universidade Positivo) e Ediane Ferreira da Silva (Universidade Positivo).
2. OS CONFLITOS POSSESSÓRIOS NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Beatris Rosas Cleto. (PUC Campinas/USP Campinas)
3. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A QUESTÃO URBANA. Vinicius Efraym Siqueira Lopes Soares (Universidade Federal do Semi-Árido) e Ítalo Prudente Ribeiro (Universidade Federal do Semi-Árido)
4. A POLÍTICA URBANA E OS DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL. Caroline Buarque Maciel Andrade (PPGD/UNIRIO, UFRRJ/IM e DIALOGOS/DGP/CNPQ).
5. ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CONDUÇÃO DE PROJETOS DE GENTRIFICAÇÃO: UM ESTUDO LOCALIZADO SOBRE A CIDADE DE TERESINA. Paulo Victor Leôncio Chaves (PPGD/UnB)
6. ARRECADANÇA DE IMÓVEIS NO DIREITO À CIDADE EM SALVADOR/BA: POLÍTICA FISCAL E URBANÍSTICA PARA GARANTIR O DIREITO À MORADIA. Marcelo Bloizi Iglesias (UFBA e FAMAM)
7. DEMOLIR, CIMENTAR, FAZER PARQUE: O DIREITO ENTRE O COMPLEXO DO CARANDIRU E O PARQUE DA JUVENTUDE. Bianca Tavolari (Insper) e Maíra Rocha Machado (FGV) e Vitor Nisida (Insper).

## **GT 21 – ACESSO À JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS CÍVEIS**

1. AMICUS CURIAE: intervenção em demandas versando sobre responsabilidade civil do Estado em casos de violência policial - Carla Osmo (UNIFESP), Helena Ambiel (FGV), Lia Carolina Batista Cintra (UNIFESP) e Maria Cecília de Araujo Asperti (FGV Direito SP)
2. AÇÕES COLETIVAS E ASSOCIAÇÕES: O ACESSO COLETIVO À JUSTIÇA A PARTIR DA SOCIEDADE CIVIL. Thaís Amoroso Paschoal e Nataly Bonfim Rodrigues (Universidade Positivo)
3. ATIVISMO DIALÓGICO NO TRATAMENTO DA LITIGIOSIDADE REPETITIVA NO CASO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL - Priscilla Pereira da Costa Corrêa (PPGSD/UFF)
4. AS PERCEPÇÕES DE ACESSO À JUSTIÇA EM BARROCAS/BA: UMA PESQUISA EMPÍRICA - Íngride Ohana de Queiroz Lima (FDRP/USP).
5. A SELETIVIDADE DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Adriano Camargo Gomes (UFPR).
6. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS OU DE PROBLEMAS DO JUDICIÁRIO? Justificativas para a Institucionalização da Mediação no Processo Legislativo da Lei n. 13.140/2015 - Martín Barcellos Gawski e Marina Garcia Guagliariello (UFRGS)
7. O “DITO PELO NÃO DITO” NA MEDIAÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS FAMILIARES - Pedro Henrique Fernandes das Chagas (UnB)
8. THE JUDGE AND CASE MANAGEMENT: AN EMPIRICAL STUDY ABOUT THE OPINION OF BRAZILIAN JUDGES ON THE USE OF MANAGEMENT TOOLS FROM THE NEW CIVIL PROCEDURE CODE OF 2015 - Aline Lemos Reis Bianchini (FDRP-USP)
9. MEDIAÇÃO POPULAR DO JUSPOPULI: um caminho para a autonomia emancipatória -

Andressa Gordiano, Beatriz leal, Iasmin Melo e Sarah Cerqueira (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

10. IMPACTOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO ACESSO A DIREITOS FUNDAMENTAIS - Orlando de Souza Padeiro Filho (UniRio)

#### **GT 22 – A INFLUÊNCIA DAS PLATAFORMAS SOCIAIS SOBRE A DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

1. CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS DE MULHERES PODCASTERS BRASILEIRAS NO CAMPO DOS DEBATES EM DIREITOS HUMANOS. Autora: Aline Hack (UFG).
2. QUEM ESTAMOS ELEGENDO? ANÁLISE DOS RÉUS EM PROCESSOS DE FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES DE 2020 NO MATO GROSSO DO SUL. Autores: Letícia Scheidt Gregianin (UPM) e Gabriel Vieira Terenzi (UENP).
3. A influência das plataformas sociais sobre a democracia no Brasil contemporâneo. Autor: Marcel de Oliveira Franco Alvarenga (UNIFOR).
4. A repercussão da mídia no Twitter na cobertura das Reformas Trabalhistas. Maria Carolina Ferrari e Silva (USP).
5. Suprema rede: a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal em plataformas sociais. Autoras: Maria Gorete Marques de Jesus (USP) e Mariana Celano de Souza Amaral (USP).

#### **GT 23 – EM CAMPO: O CAMPO ETNOGRÁFICO E O CAMPO JURÍDICO EM PERSPECTIVA**

1. As múltiplas existências do Setor de Vulneráveis da Polícia Civil do Paraná. Eduardo Oliveira de Almeida (UFPR).
2. Entre documentos, tempos e processos: a (re)construção de um campo Etnográfico. Marcos Rucinski Spiess (UFPR).
3. A má fé: empiria sobre fundamentos da burlateralidade. Daniel Jorge Lima Mello Mattos Habib (Pesquisador Independente).
4. “É como construir um prédio com materiais chegando”: um relato de etnografia sobre o uso da automação e inteligência artificial em processos judiciais. Camila Balsa (UFPR).
5. Negociações por permanência: uma etnografia sobre a luta por moradia em ocupações urbanas de Curitiba. Julia Moro Bonnet (UFPR).
6. A produção do espaço e do direito dentro e fora dos processos: experimentações metodológicas em contexto de conflitos urbanos. Débora Ungaretti (USP).
7. Acesso à justiça sob as perspectivas de classe, orientação sexual e identidade de gênero no município de São Paulo. Fernando Muniz Shecaira (USP).
8. Retomar as multiplicidades da terra: conflitos cosmológicos, terra e direito a partir de etnografias sobre os tupinambá da Serra do Padeiro (BA). Victória Brasil Camargo (UFPR).
9. Quando a voz dos usuários do sistema formal de justiça conta: a importância do trabalho etnográfico em pesquisas sobre o uso da mediação em conflitos cíveis. Andréa Abrahão Costa (UFG).
10. A implantação do sistema e-PAD: uma etnografia da construção de unidade na atividade correccional pela Corregedoria Geral da União. Lise Vogt Flores (UFPR).

11. Confiança controlada: reflexões sobre o trabalho de campo. Judit Gomes da Silva (UFPR).
12. Viagem da volta: movimento e identidade quilombola entre Paraná e Minas Gerais. Dandara Damas.
13. Meninas a quem se atribuiu ato infracional: considerações sobre o atendimento socioeducativo a partir da experiência no Cense Joana Miguel Richa no Paraná. Marcela Guedes Carsten da Silva (UFPR).

#### **GT 24 – NOVAS LEGALIDADES E RELAÇÕES FAMILIARES, PARENTAIS E SEXUAIS: OS DESAFIOS POLÍTICO-JURÍDICOS PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS DE CIDADANIA**

1. O DEBATE SOBRE REGULAÇÃO JURÍDICA DE FAMÍLIAS LGBTI+ DURANTE A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE CÓDIGO CIVIL DE 2002 - Iago Masciel Vanderlei.
2. FILHOS SOBREVIVENTES: a questão dos órfãos do feminicídio ante à produção acadêmica brasileira - Débora Dias dos Santos.
3. ESTUPRO CONJUGAL E A COLONIALIDADE DE GÊNERO EM PERSPECTIVA AMAZÔNICA - Emilli Mailly Miranda de Aquino; Débora Dias dos Santos.
4. A PARENTALIDADE PLURAL NA REDEFINIÇÃO DO INSTITUTO DA ADOÇÃO - Karyna Batista Sposato; Renata Souza Quirino.
5. A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR DE MÃES PRESAS: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DO TJ/SP - Fabiana Gil de Pádua.

#### **GT 25 – DIREITO, ECONOMIA E SOCIEDADE**

1. Carolina Bianchini - SEM TÍTULO
2. Gabriela Junqueira - Regulação da Governança Corporativa Sustentável no Brasil
3. Gustavo Miranda E Marco Antonio Loschiavo de Barros - Processo de Democratização da Proteção dos Dados Pessoais e Privacidade
4. Leilane Silva e Vanessa Carneiro - O Direito do Trabalho como Ramo Jurídico e o Mito da Regulação de Mercado Econômico Brasileiro
5. Marcos Vinício Chein Feres; Anderson Resende Moraes; Victória Presoti Paixão - O Sistema Jurídico de Patentes e a Saúde Pública
6. Thiago Guedes Andrade Ezequiel; Marcos Vinício Chein Feres - Marco Legal da Biodiversidade.

#### **GT 26 – CORPO, SAÚDE E GÊNERO: RESPOSTAS JURÍDICAS AOS IMPACTOS DA TECNOLOGIA SOBRE O SER HUMANO**

- 1- Autodeterminação existencial: uma análise conceitual sob a perspectiva do Direito Civil-Constitucional. Manuela Pereira Galvão da Silva (mestre em Direito pela UFPR)
- 2- Contornos do erro médico nos Tribunais Superiores brasileiros. Adriana Espíndola Corrêa (doutora em Direito e Professor do PPGD da UFPR); Pedro Manenti Vieira da Silva (mestre em Direito pela UFPR e professor da Unifacear); Olívia Sahade Buen (graduanda em Direito pela UFPR)
- 3- Pessoas, corpos e coisas: uma arqueologia do discurso jurídico. Pedro Manenti Vieira da Silva (mestre em Direito pela UFPR e professor da Unifacear)
- 4- Enquadramentos jurídicos do corpo nas decisões judiciais dos Tribunais Superiores no Brasil. Anderson Marcos dos Santos (Doutor em Sociologia pela UNICAMP, Professor do

PPGD da Universidade Positivo); Adriana Espíndola Corrêa (Doutora em Direito e Professor do PPGD da UFPR); Jorge Campanharo (Mestrando em Direito pela UFPR); Giulia de Angelucci (Graduada em Direito pela Universidade Positivo)

#### **APRESENTAÇÕES DE PÔSTER**

1. Samuel Feustel; Adriana Inomata, (IN)CONGRUÊNCIAS ENTRE AS METODOLOGIAS DE FISCALIZAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ FRENTE À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.
2. Debora Santos Marques; Bruno Rocha Arantes, A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO POR MEIO DA ARTICULAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PESQUISA-AÇÃO FEITA NO GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (GAEPE BRASIL).
3. Nathalia Silva Tozzeto; Cleuler Barbosa Neves; Fabricio Motta, DIAGNÓSTICO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NA CIDADE DE GOIÂNIA.
4. Revisão bibliográfica de manuais jurídicos sobre emprego doméstico no Brasil. Juliana Araújo Lopes (UnB).
5. FILHOS SOBREVIVENTES: A questão dos órfãos do feminicídio ante à produção acadêmica brasileira. Débora Dias dos Santos (UFPA).
6. A SUBSTITUIÇÃO DO ESTADO PELA FAMÍLIA ENQUANTO BASE DA SOCIEDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O HOMESCHOOLING. ERIC IAN OLIVEIRA GUIMARÃES (UFERSA).
7. HISTERIA, COMPLEXO DE CASSANDRA E A DESCREDBILIZAÇÃO DE LUTAS FEMINISTAS. Maysa Gemaque Vieira (UFPA) e Mailô de Menezes Vieira Andrade (UERJ).
8. REESCREVENDO DECISÕES JUDICIAIS EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS: maternidade e insignificância em uma prisão de mulher no contexto do Covid-19. Giovanna Marques Guimarães (UNESP).
9. As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) propostas pelos partidos políticos junto ao STF entre 2016/2018", englobando o estudo das ADI distribuídas no período delimitado. Doacir Gonçalves de Quadros (Universidade Federal do Paraná e Fernando Bueno de Castro (Uninter).
10. IMPACTOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO ACESSO A DIREITOS FUNDAMENTAIS. Orlando de Souza Padeiro Filho (UNI-RIO).
11. Suprema rede: a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal em plataformas sociais. Maria Gorete Marques de Jesus (USP) e Mariana Celano (USP).